

APORIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NAS ENTRELINHAS DA PRÁXIS EDUCATIVA DE PE. CLAUDIO PERANI

Ricardo G. Castro (ITEPES / FSDB)

Informações do artigo

Recebido em 15/05/2018

Aceito em 14/06/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p350-359

Resumo

Fazendo memória da vida de Cláudio Perani, relevância é dada, a sua metodologia de trabalho fundamentada nos princípios da Educação Popular. Esta prática de Perani está presente em toda a organização do SARES como fundamento de sua ação e reflexão. Neste artigo busca-se uma interação da metodologia peraniana com a perspectiva das teorias da Interculturalidade e dos estudos pós-coloniais. Nossas aporias se estendem sobre os processos de elaborações de políticas públicas, valorização da sabedoria popular e história dos movimentos sociais da Amazônia que foram temáticas tão importantes na militância e vida intelectual de Claudio Perani.

Palavras-Chave: Perani. Educação popular. Interculturalidade. Pós-colonial.

Introdução

Nestes tempos de consciência sobre a importância da Amazônia, para os povos da amazônica e para o mundo, vários exemplos de ação e reflexão se apresentam para a dinâmica histórica atual. Um desses exemplos é do saudoso Pe. Claudio Perani. Refletir sobre sua prática de vida nos oferece inspiração e elementos metodológicos para continuar nesta luta histórica por libertação e vida digna para os mais pobres.

Nossa reflexão pretende enfatizar contextos e conteúdos retirados da vivência concreta do projeto de ação e reflexão promovido pelo Sares, principalmente nos anos de 2005-2010. À luz dessas experiências, enfatizaremos quatro aspectos fundamentais que nascem do trabalho de equipe do Sares, coordenado pelo Pe. Claudio. Nosso projeto, além de outros aspectos, deu grande ênfase aos **processos políticos na Amazônia**; o desafio de elaborar **políticas públicas** com o povo, de modo organizado e com ética; a valorização da **sabedoria** popular que resulta da história dos **movimentos sociais na Amazônia**.

Sobre essas trilhas vamos caminhar, rememorando e atualizando as contribuições e orientações que brotam de um missionário jesuíta italiano que aprendeu e nos oferece uma metodologia popular de educação para viver o evangelho de Jesus de Nazaré nessas terras molhadas da Amazônia e sonhar o Reino de Deus na busca de sua justiça.

Processos políticos na Amazônia

Nossas sociedades na Ameríndia são resultado de um intenso processo histórico de convergência de culturas. Enquanto o conceito pluricultural é utilizado para caracterizar o contexto social, a interculturalidade descreve a relação entre as culturas dentro de um determinado contexto. O prefixo “inter” pode significar processo de interação, trocas simbólicas, interdependência; “culturalidade” se refere aos aspectos enriquecedores das culturas: valores, modos de vida, representação simbólica dos grupos e indivíduos. Interculturalidade é parte integrante dos processos históricos do encontro entre culturas que as levam a interagir umas com as outras. O que se pensou foi que este processo teria como resultado uma homogeneização cultural, mas o que ocorreu foi um processo de interação e influência entre culturas, umas com as outras, em que as diferenças permanecem e ao mesmo tempo evoluem. Como a interculturalidade nos ajuda a compreender o contexto histórico amazônico? ¹

Na Amazônia a convergência histórica da cultura indígena com as culturas ibérica, afro e nordestina fez nascer um contexto pluricultural e intercultural particular. Nela ocorreu, ao longo de um processo histórico, influências recíprocas que ainda hoje geram convergências e divergências, porém sempre num dinamismo relacional. Aspectos e elementos culturais e religiosos indígenas estão presentes no cotidiano dos amazônidas. Assim como muitos elementos ocidentais passam a fazer parte da vida dos povos da região, principalmente no aspecto linguístico.

O projeto colonizador procurou elaborar representações de inferiorização e demonização da cultura daqueles que foram colonizados, construindo formas de poder para o domínio colonial. Desse modo, as culturas e as sociedades locais foram dominadas e exploradas.

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios

¹ Cf. PANIKKAR, Raimon. **El imperativo cultural**. In: FORNET-BETANCOURT Raúl (Ed.), *Unterwegs zur interkulturellen Philosophie*. Frankfurt/M. 1998, p. 20-42; FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Transformación intercultural de la filosofía**. Bilbao, 2001.

de expressão exteriorizantes ou objetivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados.”²

Os povos tradicionais da Amazônia, assim como escravos africanos, foram entendidos como não humanos ou semi-humanos, quase animais, sexualmente monstruosos e selvagens. O homem branco burguês ocidental se autoconsiderou o sujeito adequado para governar. Pensou-se um ser civilizado, heterossexual e cristão, capaz de raciocinar e agir adequadamente. A mulher, no contexto colonizador, é caracterizada principalmente como aquela que reproduz o poder de dominação masculina e do capital. Hoje, as culturas se esforçam para se conhecerem a partir de si mesmas, para eliminar preconceitos e estereótipos culturais.

A partir da análise proveniente das teorias pós-coloniais, começamos a compreender que o contexto sociorreligioso da Amazônia é resultado da mestiçagem, sincretismo e do hibridismo histórico, cultural e religioso. A colonização, em suas várias formas, criou sua própria representação desigual tanto da cultura como dos nativos. Pos-colonialismo é, portanto, um termo dado para uma abordagem teórica e crítica em estudos literários e culturais que designa uma política de resistência transformacional para formas injustas e desiguais das práticas coloniais.³

O pós-colonial se articula a partir de alguns pressupostos básicos. Usa de uma abordagem antiessencialista de identidade. Privilegia as diferenças mais que as semelhanças. A sua visão política é pluralista e anti-hegemônica (celebra abertamente a crioulicidade, a diáspora e o hibridismo e, ao mesmo tempo, problematiza todas as formas de subalternidade e subjugação). Relaciona a representação com o poder.⁴ A partir dessa perspectiva, as características históricas dos povos da Amazônia são resultado da confluência, das releituras feitas nas práticas cotidianas, de ritmos, cores, danças, linguagens e experiências do transcendente. A sociedade, a política, assim como a religiosidade na Amazônia são compostas da contribuição de muitos saberes de origens diversas.

² QUIJANO, Anibal. Da Colonialidade à Descolonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

³ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 99-100.

⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 179-190.

Frente a essa realidade complexa, alguns princípios fundamentavam a prática educativa do Sares. Nas palavras de Perani, havia sempre a ênfase sobre “fazer o possível”, o que se pode fazer agora neste momento com as pessoas e recursos disponíveis. Valorizar as práticas cotidianas. Priorizando os processos que conduzem à ação. Sonhar a utopia, mas trabalhar com o que se tem na realidade. As transformações social e política da vida do povo que vive numa constante luta com problemas reais de sobrevivência exigem processos educativos libertadores. Os processos educativos do Sares, nos tempos do Claudio, tinham como meta, a longo prazo, libertação e transformação social a partir do povo organizado nas diversidades de iniciativas populares.

A compreensão dos processos políticos na Amazônia, segundo Perani, passaria por “um contato concreto com a realidade da vida das pessoas”. Nesse processo, orientava para a valorização das visitas, a conversa gratuita com os moradores das localidades. A partir dessa prática se elaborariam as análises de conjunturas. Ação e reflexão se elaboram a partir de uma relação estreita, entre a as teorias e as práticas, entre a biblioteca e contato com o povo.

A construção de uma sociedade pós-colonial ocorre através de processos democráticos cotidianos, baseados no melhoramento da comunicação – do diálogo; no aprendizado da escuta e na capacidade de expressar nossas intuições; no aprendizado de fazer uma análise de conjuntura, para diagnosticar necessidades e soluções; saber analisar as causas dos problemas e planejar e agir juntos em equipes, organizações e movimentos sociais.

As propostas educativas de Perani se tornam uma crítica desafiante aos processos educativos coloniais ainda em curso em nossas instituições de ensino. Ainda somos praticantes passivos de um mimetismo pós-colonial, que se sente no dever de imitar padrões europeus e norte-americanos, que vão das estruturas políticas até a reprodução de estratégias de ensino das matrizes do norte do mundo. Os textos que lemos são quase todos os clássicos do velho mundo, com pouca ou nenhuma valorização dos saberes cotidianos e tradicionais de nossos povos.

A educação, na metodologia popular de Perani, é necessariamente transformadora do ser humano e de seu contexto social e político. Educar significa, sim, aprender a fazer e construir o mundo, mas, acima de tudo, é um tornar-se constante, aprender a ser, na convivência e no cuidado.

Perani procurou seguir a intuição dos métodos populares de educação que rejeita o pensamento abissal único. Fundado sobre o mito da produção, consumo e lucros ilimitados, o pensamento colonial espalha sobre o mundo seu estilo de democracia e livre mercado, que gera estruturas de corrupção, guerras e uma hegemonia política imperial em todo o mundo.

A descolonização que ocorre a partir de modelos alternativos de educação popular, procura primeiramente compreender as lógicas da colonialidade do saber-poder, para transitar em direção de um ser-saber, um saber-com. Nessas metodologias educativas pós-coloniais, geradoras de processos transformadores, valorizam-se outras experiências políticas, outros modos de construção do saber e alternativas econômicas. Aqui é importante compreender a complexidade que tece diversidades de experiências e saberes, que foram obscurecidos, desprezados e rejeitados pelo ocidentalismo patriarcal dominante. Valoriza-se a interação entre teoria e prática, lutas sociais e projetos alternativos políticos e econômicos que compõem a re-invenção da Ameríndia, a partir de seus povos e tradições.

Elaboração de políticas públicas com o povo

Segundo Perani, a transformação política da sociedade ocorre a partir da divisão e diversidade de ações populares. Claudio não acreditava no axioma “divide e impera”. Para ele, a diversidade, a contradição é um fato importante para a transformação social. Unidade não é uniformidade, mas valorização da diversidade de ações e opiniões. As divisões e a diversidade de ações políticas mantêm o controle social e político, exigindo uma constante análise de conjuntura por parte dos movimentos de transformação social.

Planejar políticas públicas inclui muitos níveis de participação que não são levados em conta pelas democracias representativas. O povo organizado em movimentos e organizações sociais, conselhos administrativos, precisam estar engajados em diferentes níveis de participação na elaboração das políticas, definindo as necessidades, formulando prioridades e metas, elaborando sugestões e propostas, num processo constante de avaliação.

Contribuir com processos educativos para uma consciência crítica de sua própria situação é vital para a mudança de estruturas sociais e políticas. Se o povo de modo geral possui uma história de submissão, passividade e dominação por gerações, sua habilidade de mudança e mesmo de imaginar uma nova sociedade acontecerá de modo hesitante e demorada. Por isso, a prática é importante. Participação nas discussões de grupo e do

movimento motiva a exercer o poder de ser sujeitos de escolhas e decisões. Capacitar para elaboração de projetos e gerenciamento deles.

Metodologias educativas populares para uma nova política aprendem alternativas ao poder de dominação patriarcal e colonizador. Aprendem a valorizar o “poder comunitário” que contribui para o desenvolvimento de uma noção de justiça que enfatiza mutualidade, responsabilidade e cuidado ecológico. Leonardo Boff define essa realidade de “*poder-mão-entrelaçada*. É o poder participativo e solidário, representado pelas mãos que se entrelaçam para se reforçarem e assumirem juntas a responsabilidade social.”⁵

Um dos maiores obstáculos no processo de elaboração de projetos e políticas públicas é como lidar com os conflitos. Perani afirmava que “o conflito nem sempre significava destruição do projeto. Era necessário, usar do conflito como possibilidade de revitalização, como momento de crise para a renovação. Podemos trabalhar em equipe de mesmo sendo diversos. Contudo, é sempre importante descobrir o que nos une – o que promove a vida – a dimensão ética do trabalho social e político. Nesse aspecto, ética e política devem sempre andar juntas, de mãos dadas.

Para as comunidades tradicionais, na nossa região amazônica chamadas de comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, viver em comunidade é uma característica fundamental. Isso comprova a tese de que a comunidade original dos humanos não é a família, mas a tribo, a comunidade. A comunidade é constituída de laços familiares e de parentesco e com a natureza. Segundo Arenz, Vive-se o extrativismo florestal como essencial do sistema de adaptação ao meio ambiente para garantir a sua subsistência. Salienta-se a importância da grande família e da comunidade com seus múltiplos laços de solidariedade (compadrio, puxiruns, festas) como sistema associativo.⁶

A natureza, com florestas e rios, pode ser chamada como a sagrada matriz produtora de vida. Para as comunidades tradicionais e religiosas, é através dela que se constrói a ordem social e o contato com as realidades espirituais. A comunidade não foi somente uma etapa da história, ou um aspecto das culturas primeiras, ela é parte integral da vida humana, transcendendo tempo e espaço. Sem ela não podemos dizer que somos, para onde vamos e

⁵ BOFF, Leonardo, **Homem**: satã ou anjo bom? Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 71.

⁶ ARENZ, Karl Heinz. **São e Salvos**. Quito: Abyala, 2004, p. 98.

nem qual é o nosso destino neste mundo. Sua destruição é a destruição da vida e da própria condição humana. É nela que aprendemos a tecer relações com o todo da vida, ou seja, somente através dela podemos alcançar realização humana e felicidade neste mundo.

David Choquehuanca, chanceler boliviano, define um projeto de comunidade e de sociedade a partir das perspectivas dos povos indígenas andinos, apontando para alguns princípios fundamentais: priorizar a vida - buscar a vivência em comunidade em que todos se preocupem com todos, pois o mais importante é a Vida. Pretende-se uma vida mais simples em harmonia com a natureza; chegar a acordos em consensos – dialogar respeitando as diferenças e visando a chegar a um ponto em que não sejam provocados conflitos. Nesse sentido, é aprofundar a democracia; respeitar as diferenças – não se propõe a tolerância (passividade) mas sim o respeito ao outro, sem submissão ou discriminação; viver em complementaridade – priorizar a complementaridade, pois todos os seres do planeta se complementam, ajudando a que sobrevivam; equilíbrio com a natureza – buscar uma vida de equilíbrio com todos os seres de uma comunidade, visando a uma sociedade com equidade e sem exclusão; defender a identidade – valorizar e recuperar a identidade para desfrutar de uma vida baseada em valores que tem resistido por cerca de 500 anos e que foram deixados por comunidades que viveram em harmonia com a natureza e o cosmos; aceitar as diferenças – respeitar as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no planeta; saber comer, beber, dançar - esses são elementos da vida social que se relacionam com o plantio, colheita, festejos, orações, etc. de forma comedida; trabalhar em reciprocidade – o trabalho se faz desde pequeno e é considerado como uma festa, como uma forma de crescimento pessoal. É necessário retomar a reciprocidade do trabalho na comunidade, o qual devolve em trabalho a ajuda prestada por uma família em atividade agrícola; controle social – diferentemente da participação popular, entende-se basicamente o controle social como um controle obrigatório sobre as funções que realizavam as principais autoridades nos tempos ancestrais; exercer a soberania – compreende-se que a soberania do país se constrói a partir da soberania das comunidades.⁷

⁷ CHOQUEHUANCA, David. **El Vivir Bien como respuesta a la crisis global**. Disponível em: http://alainet.org/images/Vivir_Bien.pdf. Acesso em: 23 dez. 2016.

A valorização da sabedoria popular

O processo educativo do Sares privilegiou as narrativas da vida cotidiana, dos movimentos sociais e organizações, dos moradores da periferia das cidades e das localidades ribeirinhas. A capacidade de escuta dos educadores e de interação com os elementos teóricos foi parte importante da metodologia adotada pelo SARES em seus diversos cursos. As narrativas do cotidiano das lutas sociais que expressam não somente sabedorias incutidas nas ações, mas um modo de ver a realidade e de como transformá-la.

Dar voz ao subalterno para dizer sua história torna o narrador um praticante dos relatos que expressa. A arte de contar suas próprias histórias é colher do cotidiano um aprendizado e um modo de ensinar. Aprender e ensinar é uma dinâmica que se dá dentro de um processo participativo de construção do conhecimento entre os membros de um grupo, de um movimento, na sala de aula, à medida que são capazes de tecer experiências narradas. O resultado possível de tal interação educativa é o despertar para a realidade que torna o sujeito narrativo da história um cidadão capaz de interagir e participar na construção de uma nova sociedade.

Nesta experiência, emerge a pluralidade do saber, a diversidade de saberes que estão fora da hegemonia epistemológica do Norte. Um saber que é contextual, local, situado em uma realidade geopolítica e histórica. A descolonização não é alguém de fora do contexto que elabora, mas surge da própria análise e reflexão daqueles que estão inseridos dentro das realidades de colonialismo.

História dos movimentos sociais na Amazônia.

As formas de resistência colonial sempre existiram no contexto histórico da Amazônia, basta lembrar a Cabanagem, as diferentes formas de resistência indígena e dos movimentos diversos de proteção das florestas, lagos e rios. Os movimentos sociais de maior relevância na contemporaneidade surgem na década de 70 com os processos migratórios desencadeados pela construção da Transamazônica e da implantação dos grandes projetos com impactos sobre as terras tradicionais. A implantação do Polo Industrial de Manaus vai trazer uma grande população para as periferias da cidade. Aqui a luta pela terra se torna ocupação, luta pela moradia.

É nesse contexto que florescem e se proliferam, partidos, movimentos sociais e organizações sindicais. A práxis educativa do Sares se insere dentro desta dinâmica, tanto nos cursos oferecido para os agentes e militantes, como nas visitas, nas ocupações e movimentos por moradia. Perani foi um etnógrafo nato, com seu caderno e lápis sempre pronto para anotações e intuições que brotavam das narrativas populares. Ele afirmava que a história do cotidiano das lutas populares deveria ser elaborada, escrita e lida. No processo de aprendizagem, segundo sua metodologia popular, deve-se priorizar o relato de experiências.

Nesse processo, educa e aprende quem tem a atitude de escuta e se capacita a partir da partilha de experiência. É nessa dinâmica que se compreende e se escreve uma história, por quem de fato faz a história acontecer.

Considerações finais

Nosso interesse foi pontuar alguns aspectos da metodologia de ação e reflexão (educação) do SARES idealizada e colocada em prática principalmente por Cláudio Perani. Nestas aporias se percebe que as ações educativas do SARES, já haviam entrado na dinâmica da descolonização que analisa a história a partir das vítimas e releva sua importância na releitura nos tempos atuais. Claudio vivenciou a mística de João Batista e de Jesus Cristo que descobriu que o Reino de Deus da justiça e do amor já está presente no cotidiano da vida e nas lutas constantes do povo nas periferias, nos rios e nas florestas da Amazônia.

Referências

ARENZ, Karl Heinz. **São e Salvos**. Quito: Abyala, 2004, p. 98.

BOFF, Leonardo. **Homem**: satã ou anjo bom? Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 71.

CHOQUEHUANCA, David. **El Vivir Bien como respuesta a la crisis global**. Disponível em: http://alainet.org/images/Vivir_Bien.pdf. Acesso em: 23 dez. 2016.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Transformación intercultural de la filosofía**. Bilbao, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 99-100.

PANIKKAR, Raimon. **El imperativo cultural**. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Ed.). *Unterwegs zur interkulturellen Philosophie*, Frankfurt/M. 1998, p. 20-42.

QUIJANO, Anibal. Da Colonialidade à Descolonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008, p. 179-190.

Dados do autor

Pe. Ricardo G. Castro (ITEPES / FSDB)

Trabalhou com Pe. Claudio Perani, no SARES, de 2005-2008. Tem doutorado em teologia pela Puc-Rio. É professor de Teologia no ITEPES e de Filosofia na Faculdade Salesiana D. Bosco.